

Área: Inovação | **Tema:** Temas Emergentes em Inovação

**PROPULSORES DA MUDANÇA INSTITUCIONAL: uma discussão acerca da Inovação Social,
Empreendedorismo Institucional e o poder agêntico do Empreendedor Institucional**

**PROPULSORS OF INSTITUTIONAL CHANGE: a discussion about Social Innovation, Institutional
Entrepreneurship and the agency power of the Institutional Entrepreneur**

Clarice Vepo Do Nascimento Welter e Simone Alves Pacheco De Campos

RESUMO

O presente estudo consiste em um ensaio teórico que visa contribuir com as temáticas Mudança Institucional, Inovação social e empreendedorismo institucional. Tem por argumento central a discussão acerca da Inovação social e o empreendedorismo institucional como propulsores da mudança institucional e o empreendedor institucional como ator chave para mudar as regras do jogo. Na discussão, se estabelecem as abordagens conceituais de cada uma das temáticas propostas, buscando entender as relações entre elas. No que tange ao percurso metodológico, dada a natureza do estudo, não se estabelece uma seção específica com esta finalidade, mas se desenvolve uma revisão bibliográfica e se encadeiam as discussões de acordo com o objetivo proposto, típico de um ensaio teórico. As evidências do estudo apontam que há um fio condutor entre o empreendedorismo institucional e a Inovação social, promovendo a mudança institucional, e o empreendedor institucional é o ator chave que faz a engrenagem girar, ou seja, tais constructos trabalham juntos para mudar as regras do jogo.

Palavras-Chave: Mudança Institucional, Inovação social, Empreendedorismo Institucional

ABSTRACT

This study consists of a theoretical essay that aims to contribute to the themes Institutional Change, Social Innovation and institutional entrepreneurship. The central argument is the discussion about social innovation and institutional entrepreneurship as drivers of institutional change and the institutional entrepreneur as a key actor to change the rules of the game. In the discussion, the conceptual approaches of each of the proposed themes are established, seeking to understand the relationships between them. Regarding the methodological path, given the nature of the study, a specific section for this purpose is not established, but a bibliographic review is developed and discussions are chained according to the proposed objective, typical of a theoretical essay. The study's evidence points out that there is a common thread between institutional entrepreneurship and social innovation, promoting institutional change, and the institutional entrepreneur is the key actor that makes the gear spin, that is, such constructs work together to change the rules about the game.

Keywords: Institutional Change, Social Innovation, Institutional Entrepreneurship

PROPULSORES DA MUDANÇA INSTITUCIONAL: uma discussão acerca da Inovação Social, Empreendedorismo Institucional e o poder agêntico do Empreendedor Institucional

1 INTRODUÇÃO

Muito do ímpeto da mudança decorre mediante processos endógenos, envolvendo conflitos e contradições entre elementos. No entanto, as instituições também podem ser desestabilizadas por embates exógenos, como guerra e crises financeiras (SCOTT, 2014). Para operacionalizar essas mudanças, emerge o empreendedorismo institucional (EI) e a inovação social (IS). O empreendedorismo institucional consiste no esforço para explicar como os atores podem contribuir para mudar instituições apesar das pressões para a estase (SEO; CREED, 2002). Este conceito tem sido apresentado como um caminho promissor para dar conta da mudança institucional endogenamente (BATTILANA, 2006). Por sua vez a inovação social é provocadora de mudança institucional. A mudança promovida por uma inovação social é considerada profunda ao passo que altera a rotina básica, os recursos, os fluxos de autoridade e as crenças do sistema social no qual a inovação acontece (WESTLEY et al., 2014).

Mas para a mudança institucional ocorrer mediante o empreendedorismo institucional e a inovação social é necessário a intervenção de uma figura chave, denominada empreendedor institucional. DiMaggio (1988) introduziu a noção de Empreendedor Institucional na análise institucional em um esforço para explicar como os atores podem contribuir para mudar instituições apesar das pressões para a estase (BATTILANA; LECA; BOXENBAUM, 2009). No entanto, ainda são escassas as investigações que buscam entender as condições e contribuições de indivíduos nos processos de mudanças institucionais (AVRICHIR; CHUEKE, 2011).

Inserido nessa preocupação o presente ensaio visa contribuir para ampliação e consolidação do empreendedorismo institucional e inovação social tanto na academia como nos setores econômicos, bem como preencher a lacuna quanto a escassez de pesquisas que buscam compreender o papel dos empreendedores institucionais no processo de mudança institucional. Portanto, o presente estudo caracteriza-se como um ensaio teórico, e tem por **argumento central a discussão acerca da Inovação social e o empreendedorismo institucional como propulsores da mudança institucional e o empreendedor institucional como ator chave para mudar as regras do jogo.**

Este estudo diferencia-se da lógica estabelecida pelas metodologias científicas tradicionais, ele caracteriza-se pela sua “natureza reflexiva e interpretativa, sendo considerada desta forma a sua principal força. Ele valoriza aspectos relacionados às mudanças qualitativas que ocorrem nos objetos ou fenômenos analisados, buscando uma compreensão aprofundada, abrindo espaço para a reflexão crítica e indo além da estética e norma padronizada pela ciência tradicional. Portanto, como característico de um ensaio teórico, possui uma estrutura distinta daquela tradicionalmente encontrada nos artigos empíricos, pois ao invés do objetivo geral, dos objetivos específicos, da justificativa, da fundamentação teórica, da metodologia que define os critérios de coleta e análise de dados e da conclusão, no ensaio teórico a orientação é dada não pela busca das respostas e afirmações verdadeiras, mas pelas perguntas que orientam os sujeitos para as reflexões mais profundas com o intuito de compreender a realidade (MENEGETTI, 2011).

Com o intuito de argumentar que a introdução de inovações sociais facilita a efetivação do processo de mudança institucional à medida que empreendedores institucionais introduzem inovações sociais, selecionou-se os principais conceitos norteadores destas temáticas. Para tanto, teve-se como norte a hipótese compartilhada por estudiosos da mudança institucional, inovação social, empreendedorismo e empreendedor institucional, nos quais se destacam os

trabalhos de: Taylor (1970), DiMaggio (1988), Oliver (1992), Cloutier, (2003), Battilana, (2006), Mulgan et al. (2007), Battilana, Leca e Boxenbaum (2009), e Scott (2014).

Desta forma, o ensaio está estruturado da seguinte maneira: em primeiro lugar são analisados os conceitos e reflexões acerca da mudança institucional. Em seguida serão postos em discussão conceitos sobre a inovação social e empreendedorismo institucional como propulsores da mudança institucional. Por fim são apresentadas reflexões acerca do relevante papel do empreendedor institucional como agente principal para promover a mudança em ambientes de vulnerabilidade social.

2 MUDANÇA INSTITUCIONAL

A teoria institucional é uma disciplina que explica as ações individuais e organizacionais e um dos principais campos de pesquisa desta teoria é a análise de como as instituições mudam ao longo do tempo (COCCIA, 2018). E é nessa discussão que se inicia as reflexões deste ensaio teórico, porque as instituições mudam? Conforme Dacin, Goodstein e Scott (2002), as instituições podem moldar a natureza da mudança em diferentes níveis e contextos, bem como elas mesmas mudam de caráter, comportamento e potência ao longo do tempo e do espaço.

Muitos estudiosos têm comentado a questão da mudança institucional. DiMaggio (1988), acentuou a relevância dos empreendedores institucionais na implementação de inovações que pudessem resultar no surgimento de mudanças institucionais. Oliver (1992) realçou o conceito de “desinstitucionalização” para explicar as mudanças institucionais. Seo e Creed (2002) incorporaram um modelo de processo dialético entre imersão institucional e mudança institucional.

A mudança institucional é enfatizada conforme Furnari (2016) por meio de duas fontes: fontes endógenas e exógenas de mudança. Na perspectiva exógena destaca-se que os processos de mudança se concentram em como choques exógenos ativam mudanças no ambiente institucional mais amplo em torno de um campo, modificando os critérios de seleção que moldam a evolução das instituições dentro desse campo. Normalmente, esses estudos não enfatizam o papel da agência humana na mudança institucional, privilegiando as explicações estruturais da emergência institucional (FURNARI, 2016).

Sob a ótica da perspectiva endógena, em termos de processos de mudança, estudos de contradições institucionais destacam que as contradições podem moldar a consciência dos atores, levando-os a mudar as instituições existentes (SEO; CREED, 2002). Por sua vez, estudiosos de posições de campo destacam como posições específicas em um campo permitem que os atores que os ocupam trabalhem para mudança, enfatizando em particular o papel fundamental das posições periféricas. Diferentemente da perspectiva da mudança exógena, esses estudos direcionam atenção a como a mudança institucional é moldada pela agência humana, seja na forma de empreendedorismo institucional (GARUD; HARDY; MAGUIRE, 2007) ou na forma de trabalho, ou seja, as práticas adotadas para criar, manter e perturbar instituições (LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009). Segundo Furnari (2016) estas duas perspectivas contribuíram para o entendimento de porque as instituições mudam.

Assim sendo, porque as organizações mudam e porque elas devem mudar? Pode-se inferir que uma organização deve mudar quando as disfunções superam as contribuições (TOLBERT; ZUCKER, 1999). Ainda a mudança institucional ocorre quando a instituição não consegue desempenhar, adequadamente, as tarefas para as quais foi criada. E para decidir quando mudar ou não mudar, cada indivíduo calcula seus custos e benefícios esperados de uma mudança institucional, e se uma “coalizão mínima” necessária para efetuar a mudança concordar com ela, uma mudança institucional pode ocorrer (COCCIA, 2018).

Oliver (1992) e Scott (2014) argumentam que a literatura da teoria institucional tem focado na construção institucional e nos processos convergentes de mudança. No entanto, um

tópico de pesquisa igualmente importante é a desinstitucionalização. Segundo Oliver (1992), o processo de desinstitucionalização é ocasionado por pressões políticas, funcionais ou sociais, oriundos de fatores intraorganizacionais ou da relação organização-ambiente. Pode-se dizer ainda que a desinstitucionalização refere-se ao processo pelos quais as instituições enfraquecem e desaparecem (SCOTT, 2014). Tal processo explica as diversas mudanças sociais que sempre ocorreram no meio em que vivemos. Desse modo, a desinstitucionalização tumultua a legitimidade de uma prática estabelecida acarretando na perda gradativa da legitimidade dessa prática. Essa desinstitucionalização pode ocorrer em épocas de crise e em situações excepcionais, onde instituições anteriormente estáveis e relativamente imutáveis desmoronam com uma rapidez assustadora.

Neste contexto insiro uma outra reflexão: podemos considerar a mudança institucional como uma estratégia para que empresas sobrevivam diante cenários de crise? A capacidade de mudança e adaptação estratégica constitui-se em um dos principais diferenciais de empresas que estão inseridas em mercados cada vez mais competitivos, portanto a mudança não é somente inevitável, mas necessária à sobrevivência das organizações, ainda mais em períodos de crise como a que as empresas estão vivenciando devido a pandemia de COVID-19.

Vários campos organizacionais sofreram mudanças, tanto radicais quanto incrementais para se adaptar diante este novo cenário, causando uma desinstitucionalização e reinstitucionalização nesses campos. A mudança não controlável que em pouco tempo impactou diversos campos fez com que as organizações até então institucionalizadas procurassem se adaptar ao cenário trazido pela doença. A exemplo dos cursos *Stricto Sensu*, que para se adaptarem a situação de isolamento, tiveram que adequar as aulas para a modalidade EAD. Um campo que era totalmente institucionalizado por regras, requisitos, crenças e valores, com práticas estabelecidas, foi totalmente desestabilizado diante a crise da pandemia de COVID-19. Até pouco tempo atrás, realizar atendimento por telemedicina era proibido no Brasil. Mas, devido ao cenário atual, o Senado sancionou uma lei que permite a telemedicina durante a crise do coronavírus. Uma questão até então proibida, foi liberada, provocando uma corrida de várias empresas de saúde para lançar o serviço o quanto antes no mercado.

Nestes dois casos, a mudança foi considerada estratégica para manter estas organizações vivas. Portanto, desenvolver a percepção das mudanças do ambiente e ser capaz de elaborar estratégias que permitam a adaptação da organização às contingências do meio, são requisitos fundamentais dos gestores para promover processos de mudanças estratégicas nas organizações.

Neste contexto insere-se também a inovação social, percebida neste ensaio como provocadora de mudança institucional. Ela mexe com campos institucionalizados em busca de uma transformação social, colaborando para a mudança de uma localidade e da vida das pessoas, e os atores sociais são agentes fundamentais nesse processo, pois são eles que vivenciam, analisam, institucionalizam ações. Portanto, pode-se inferir que empreendimentos de inovação social podem ser considerados como condutores de mudanças sociais positivas que transformarão realidades negligenciadas e os atores sociais podem influenciar esse processo com sua ação, quando as instituições existentes não fornecer o apoio regulatório, normativo ou sócio cognitivo que eles precisam (BATTILANA; LECA; BOXENBAUM, 2009). Estes tópicos serão discutidos nas seções posteriores.

3. INOVAÇÃO SOCIAL

A inovação social tornou-se um tema de destaque em estudos organizacionais como um termo amplamente utilizado em debates internacionais no contexto dos desafios sociais, ambientais e econômicos associados ao paradigma do desenvolvimento sustentável, uma vez que tal desenvolvimento tem sido muitas vezes considerado um objetivo implícito de qualquer

ação social inovadora (MEHMOOD; CONSTANZA, 2013). É um tema que vem ganhando espaço no âmbito de pesquisadores e definidores de políticas públicas, como uma alternativa a necessidades não atendidas, seja pelo mercado ou pelo poder público.

Este estudo compreende a IS como propulsora na mudança institucional, à medida que contribui para a mitigação dos problemas sociais resultando em solução nova ou melhorada para uma localidade repleta de vazios institucionais, visto que os sistemas culturais e empresariais criados para auxiliar no desenvolvimento sustentável, não estão conseguindo suprir as demandas sociais, o que vem permitindo que diversos movimentos e iniciativas surjam como o objetivo de diminuir os abismos sociais existentes em diferentes realidades. E uma das estratégias para superar essas lacunas é por intermédio da IS (FARFUS, 2008).

Mas o que são inovações sociais? Qual a sua importância para o desenvolvimento e transformação de uma localidade? E para a economia? Qual a sua principal função? Como se desenvolvem? Com o intuito de ajudar a elucidar estas e outras questões, a seguir são apresentados estudos sobre a inovação social.

O conceito de inovação social surge como uma resposta nova e socialmente reconhecida para a geração de transformação e mudança social. As inovações sociais são pensadas como eventos nos quais novas soluções são implementadas com a finalidade de resolver uma situação de precariedade social, mediante o encontro de alternativas para solucionar crises econômicas ou situações regionais históricas (LÉVESQUE, 2006, CLOUTIER, 2003; AGOSTINI et al., 2017). Conforme uma análise da literatura, realizada por Bignetti (2001), apesar das várias tentativas, parece não haver um consenso sobre a definição de inovação social e sobre a sua abrangência. Desse modo, será apresentado alguns conceitos para ajudar a elucidar esta lacuna.

O conceito seminal de inovação social é de Taylor (1970), onde o autor aborda a inovação social, a conceituando como a busca de respostas para as necessidades sociais, por meio da introdução de uma invenção social, ou seja, uma nova forma de fazer as coisas, uma nova organização social. Conforme Cloutier (2003), pesquisador ligado ao CRISES (Centre de Recherche sur les Innovations Sociales), a inovação social é definida como uma ação que cria novas relações sociais, estruturas ou modos de decisão, originadas de uma consciência individual e depois coletiva, sendo contextual e dependente da trajetória, promovendo mudanças que levam a uma melhor integração dos grupos excluídos. O autor ainda apregoa que a inovação social consiste em uma nova resposta a uma situação social desfavorável, que visa ao bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades por meio de ação e mudança sustentável.

Mulgan et al. (2007) a define como atividades inovadoras e serviços que são motivados pelo objetivo de atender a uma necessidade social e que são predominantemente desenvolvidas e difundidas através de organizações cujos objetivos principais são sociais. Ademais, a inovação social é um processo de aprendizagem coletivo com base no potencial dos indivíduos e dos grupos que permite a realização de transformações sociais, a formação de novas relações sociais e até novas estruturas sociais (BIGNETTI, 2011).

Pode-se concluir diante os conceitos apresentados que a inovação social busca solucionar problemas dentro de um contexto de grandes vazios institucionais. Estes ocorrem quando os arranjos institucionais não permitem o pleno funcionamento do mercado acarretando inúmeras desigualdades sociais, seja pela ausência, fraqueza ou não cumprimento do papel que se espera das instituições que formam o tecido social (AGOSTINI, 2017). Diante disso, a IS é de suma importância para o desenvolvimento econômico e sustentável, onde ocorre uma transformação na localidade em que são implementadas, contribuindo também para o desenvolvimento da economia.

Avançando nas reflexões deste ensaio teórico, questiona-se: como se desenvolve a inovação social? Pode-se inferir que ela se desenvolve através de uma diversidade de intervenientes, entre eles empreendedores sociais, agentes governamentais, empresários e empresas, organizações não governamentais, trabalhadores sociais, representantes da sociedade

civil, movimentos, comunidades e beneficiários. Geralmente ela é resultado de novas combinações ou da hibridização de elementos existentes, e não da composição de elementos integralmente novos. Ela é posta em prática ultrapassando fronteiras organizacionais, setoriais ou disciplinares (BIGNETTI, 2011).

Portanto, a inovação social traz como resultado novas relações sociais entre indivíduos e grupos anteriormente separados, contribuindo para a difusão e a perpetuação da inovação e alimentando novas soluções sociais. Pode-se argumentar que sua função principal é de propiciar à resolução de problemas sociais, normalmente deixados à margem pelas políticas públicas e pelas ações dos componentes da sociedade em geral (BIGNETTI, 2011). Neste sentido, pode-se inferir que o desenvolvimento de inovação social nos produtos e serviços ofertados emerge do conhecimento da realidade social muito mais do que de investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

No entanto, devemos ter a sensibilidade de perceber que nem todo processo de mudança social é necessariamente uma inovação social. A inovação social tem como atributo a novidade e a ação intencional direcionada para atingir o resultado almejado, elas são planejadas, sistematizadas e conduzida para o objetivo específico de, por intermédio de novas práticas sociais, fazer mudanças sociais (HOWALDT; SCHWARZ, 2010). Desse modo, para que a inovação seja considerada “social” é necessário que ela melhore tanto a performance econômica quanto a social da sociedade na qual ela se desenvolve.

Como exposto no início desta seção, este ensaio teórico tem como tese central a ideia de que inovações sociais incorrem ou se alavancam em mudanças institucionais que permitem a avaliação de projetos sociais sob novos critérios ou envolvendo atores sociais recém estabelecidos ou legitimados. O desafio analítico passa a ser entender como os atores sociais inseridos em uma estrutura institucional estabelecida ganham o poder agêntico para promover a mudança (GARUD; HARDY; MAGUIRE, 2007). Portanto, neste processo de inovação social, não podemos deixar de lado, e nem tratar de forma isolada, o papel central e legitimado do ator chave, que promove e inicia uma mudança institucional e social, o empreendedor institucional, uma vez que conforme a tese do presente ensaio, a inovação social é impulsionada por estes atores. Sabendo da sua importância, nos tópicos a seguir serão postos em discussão o empreendedorismo institucional e o papel do empreendedor institucional como ator chave para mudar as regras do jogo.

4 EMPREENDEDORISMO INSTITUCIONAL

As organizações frequentemente são colocadas diante uma difícil decisão: Seguir a ordem institucional que guia as ações (homogeneidade institucional), ou gerir ações direcionadas para a criação ou mudança de antigas instituições (heterogeneidade institucional)? Qual caminho optar? Para responder essas questões emerge o empreendedorismo institucional, que tem sido apresentado como um caminho promissor para dar conta da mudança institucional endogenamente (BATTILANA, 2006).

A dimensão do empreendedorismo institucional surgiu como resposta às críticas à teoria institucional sobre sua hipótese de estabilidade das instituições, desconsiderando que estas também são passíveis de mudanças (DACIN; GOODSTEIN; SCOTT, 2002). Foi um conceito originalmente desenvolvido por DiMaggio (1988), que relaciona o empreendedorismo com a maneira pela qual os agentes empregam recursos com o objetivo de desenvolver e/ou empoderar instituições.

O termo empreendedorismo institucional está vinculado ao entendimento do papel agente de atores específicos, denominados empreendedores institucionais, nos processos de mudança institucional, ou seja, na criação de novas estruturas institucionais. A perspectiva do

trabalho institucional, por outro lado, envolve o estudo não apenas da criação de novas instituições, mas também da manutenção e ruptura de instituições (LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009). O empreendedorismo institucional necessita de atores que excluam práticas existentes ou implementem novas e ainda que essas práticas sejam largamente amparadas e dadas como certas pelos demais atores do campo (GARUD; HARDY; MAGUIRE, 2007).

Desse modo, o empreendedorismo institucional consiste em uma mudança no campo institucional provocada deliberadamente por atores. Pode-se inferir ainda que o empreendedorismo institucional é aquele caracterizado pelas ações de atores intencionais e que são responsáveis por impulsionar recursos para criar novas instituições ou transformar aquelas existentes. Assim, a responsabilidade pela inovação no campo é atribuída aos empreendedores institucionais (DiMAGGIO, 1988).

Mas quem são os empreendedores institucionais? Como eles surgem? Em que condições, momentos ou contextos esses agentes de fato tem o poder de mudança e transformação de uma realidade?

DiMaggio (1988) denominou empreendedores institucionais como atores que iniciam mudanças que contribuem para transformar instituições existentes ou que criam novas instituições. Conforme Battilana (2006), empreendedores institucionais são indivíduos ou organizações que, devido à sua posição social, podem visualizar, criar e implementar mudanças nas condições institucionais. Ainda conforme o autor, para se qualificar como empreendedores institucionais, os indivíduos devem romper com as regras e práticas existentes associados às lógicas institucionais dominantes e institucionalizar as alterações, regras, práticas ou lógicas nativas que eles estão defendendo. Para Jensen e Fersch (2016) os empreendedores institucionais podem ser indivíduos (por exemplo, políticos, administradores, burocratas de rua), um grupo de agentes interagentes ou atores coletivos e grupos de pressão.

Diante o exposto, pode-se inferir que os empreendedores institucionais são atores que tem interesses em determinados arranjos institucionais e mobilizam recursos para criar novas instituições ou manter as existentes (BATTILANA, 2006). Portanto, possuem um papel estratégico para decidir quando se distanciar das pressões institucionais ou atuar estrategicamente rumo a heterogeneidade. Diante disto, como surgem então os empreendedores institucionais?

Os empreendedores institucionais não aparecem do nada, seu surgimento é pré-condicionado por condições facilitadoras, as vezes por fatores exógeno, entendidos como características do campo ou ambiente ou fatores endógenos entendidos como características dos atores e suas respectivas posições sociais. Portanto, para decidir quando mudar ou não, esses agentes interpretam e atuam no contexto no qual estão inseridos, decidindo se a organização deve de manter o *status quo*, ou proporcionar rupturas mediante uma mudança institucional. Pode-se acrescentar ainda que a noção de empreendedorismo institucional se apresenta como uma perspectiva capaz de lidar com esse paradoxo (homogeneidade x heterogeneidade), ao enfatizar como os processos organizacionais e as instituições são configurados pela ação de empreendedores criativos (BATTILANA, 2006).

Assim sendo, uma organização deve mudar quando as disfunções superam as contribuições (TOLBERT; ZUCKER, 1999) e para essa mudança acontecer os empreendedores institucionais são os atores que realmente tem o poder de influenciar na mudança institucional, sendo considerados “príncipes modernos”, que organizam e estruturam desafios contra hegemônicos (GARUD; HARDY; MAGUIRE, 2007). Os empreendedores institucionais são considerados os principais agentes de mudança, são eles que iniciam, orientam ou promovem mudanças institucionais que são subversivas em relação às normas e estruturas institucionais existentes (JENSEN; FERSCH, 2016). Desse modo, são conceitualmente situados como protagonistas, moldando coletivamente o processo de mudança.

No campo da inovação social, esses atores emergem com legitimidade suficiente para propor mudanças, ou seja, são capazes de introduzir inovações com vistas a transformar a realidade de localidades não atendidas pelo mercado ou poder público. Eles são os agentes de mudança no setor social ao desenvolverem soluções inovadoras para os problemas da sociedade, ao invés de esperar as ações de governos e dos setores privados para solucionar as necessidades da sociedade. Eles analisam o contexto, verificam o que não está funcionando e resolvem problemas persuadindo sociedades inteiras a caminhar em diferentes direções. Portanto, eles têm o poder agêntico de melhorar o bem-estar social (BATTILANA; LECA; BOXENBAUM, 2009).

Diante o exposto, pode-se inferir que como resposta aos diversos problemas sociais existentes, emerge a inovação social, e o papel do empreendedor institucional, que tem o poder de mudar as regras do jogo e promover mudanças que transformarão a realidade de uma localidade. Desse modo, considera-se que a sua atuação poderia ser vista como geradora de inovação social e de mudança institucional. Diante disso, pode-se inferir que o empreendedorismo institucional explica a inovação social, estando ligada diretamente ao desenvolvimento dela.

Por fim, ratifico a tese central desse ensaio teórico, de que o empreendedorismo institucional e inovações sociais são consideradas propulsoras da mudança institucional, e o empreendedor institucional é o ator chave com poder para mudar as regras do jogo. Portanto, nos resta entender como os atores sociais inseridos em uma estrutura institucional estabelecida ganham o poder agêntico para promover a mudança (GARUD, HARDY, MAGUIRE, 2007), o que será feito na próxima seção.

5 EMPREENDEDOR INSTUCIONAL COMO AGENTE TRANFORMADOR

Esta seção irá apresentar e discutir o papel dos empreendedores institucionais na transformação, manutenção e desmembramento de instituições, sendo considerados desta forma, como o ator chave para mudar as regras do jogo. Como já foi mencionado nas seções anteriores estudos para compreender o papel dos atores na elaboração, transformação e manutenção de instituições vêm ganhando destaque nas pesquisas desde o estudo seminal de DiMaggio (1988), onde o autor apregou que surgem novas instituições quando atores organizados com recursos suficientes (empreendedores institucionais) veem neles uma oportunidade de realizar interesses que eles valorizam muito.

A tese central é que os empreendedores institucionais são os principais agentes que iniciam mudanças divergentes, isto é, mudanças que quebram o *status quo* institucional em um campo de atividade e, portanto, possivelmente contribuem para transformar instituições existentes ou criar novas (BATTILANA; LECA; BOXENBAUM, 2009). Esses atores mobilizam meios para a mudança em situações de vulnerabilidade social e o que os motiva para que tomem uma ação proativa é o entendimento de uma missão social que conduzirá à criação ou aumento do valor social, provocando, ou motivando, a inovação social.

Para se tornar um empreendedor institucional, um ator social deve possuir as habilidades que lhes permitam detectar oportunidades, antecipar e articular uma visão do futuro próximo e ser capaz de motivar outros a apoiar a mudança. Assim, infere-se que o empreendedor institucional tem o poder agêntico de decidir quando criar, manter ou interromper instituições, principalmente na introdução de inovações sociais, que irão perturbar as instituições existentes, melhorando as condições sociais de uma localidade. Esses atores enfrentam maiores riscos e geram maiores externalidades para a economia, constituindo uma importante força econômica para o desenvolvimento.

Mas em quais condições que este ator é considerado um agente de mudança, que irá mudar as regras do jogo? Com base na definição de DiMaggio (1998) esses atores devem

preencher duas condições para serem considerados empreendedores institucionais a saber: i) iniciar mudanças divergentes; e ii) participar ativamente da implementação dessas mudanças. Somente atores que iniciam mudanças divergentes, ou seja, mudanças que rompam com o modelo institucionalizado de organização dentro de um determinado contexto institucional, podem ser considerados empreendedores institucionais (BATTILANA, 2006). Vale destacar que as atividades nas quais os empreendedores institucionais se envolvem são apenas as de cunho inovador. Verdade é que o empreendedorismo institucional e o empreendedor institucional favorecem a inovação social e a (re)organização que ela acarreta, tanto ao nível de inovações radicais como de inovações incrementais (LÉVESQUE, 2006).

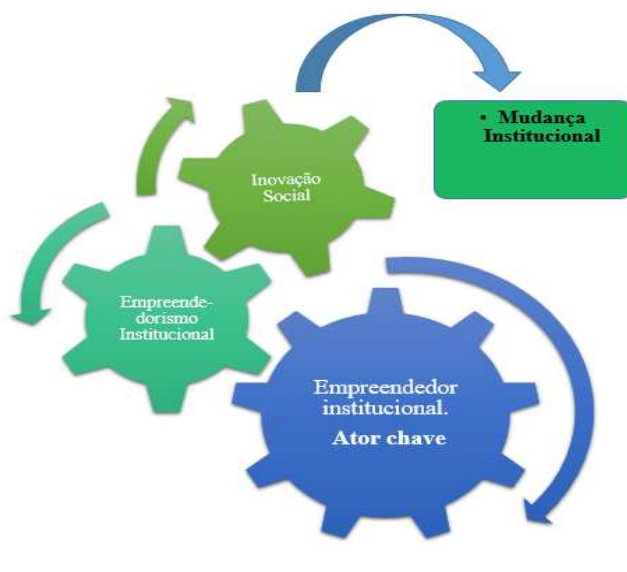
O empreendedorismo e a inovação social unem dois conceitos conflitantes, valores sociais e econômicos, com o intuito de transformar uma realidade socialmente. Ou seja, as inovações sociais são desenvolvidas com a finalidade de resolver uma situação de precariedade social, que irá acarretar em uma mudança institucional que beneficiará a coletividade. E nesta discussão cabe novamente a figura dos empreendedores institucionais, configurados como atores chaves na redução ou solução dos problemas emergentes da sociedade. Quem nunca olhou para a localidade em que mora e não visualizou uma série de oportunidades de negócios inovadores, que poderiam trazer lucro e ao mesmo tempo proporcionar uma mudança, transformando a realidade daquela localidade? Provavelmente inúmeras vezes, pois o processo de inovação social emerge do conhecimento aprofundando de uma realidade social.

Como já mencionado estes atores podem ser indivíduos, organizações, ONGs, cooperativas, dentre outros, a exemplo da cooperativa de La Paranza, em Rione Sanità, um bairro próximo ao centro histórico de Nápoles, que estava isolada socialmente e enfrentava uma série de desafios sociais como: desemprego, criminalidade generalizada, pobreza, desigualdade social, falta de serviços e exclusão urbana. Para resolver esses desafios, a participação de um membro chave foi essencial, o paroco Antonio Loffredo, que chegou no distrito disposto a mudar a realidade através da criação de uma nova atitude em relação ao trabalho. Por meio de parcerias, visitas a outras localidades, a cooperativa implementou uma série de mudanças, recuperando o potencial turístico da localidade. Além disso a cooperativa também organiza diversos eventos para melhorar as condições sociais da região, bem como atividades a jovens empreendedores, treinamento e intercâmbio de conhecimentos entre jovens e projetos culturais que visam promover o crescimento econômico e social da região (CANESTRINO et al., 2019).

No contexto brasileiro podemos destacar a pastoral da criança, que mediante a atuação da Dr^a Zilda Arns Neumann, disseminou o uso da farinha multimistura, como forma de combater a subnutrição infantil. A multimistura é um grande aliado da Pastoral da Criança para salvar vidas no Brasil inteiro, recuperando da desnutrição milhares de crianças e gestantes todos os anos. Além dos benefícios sociais, proporciona valor social à medida que recupera a saúde e auto estima das pessoas, além de promover ganhos financeiros a população, mediante a capacitação que realizam para quem quer aprender a fazer e vender a multimistura (PASTORAL DA CRIANÇA, 2019). Com essas ações a Pastoral da Criança colabora também para o alcance de no mínimo dois dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: i) Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável e ii) Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Os exemplos supracitados evidenciam que as inovações realizadas, mediante inovações sociais, mudaram radicalmente a realidade das localidades onde foram implementadas. Além disso pode-se notar que nos dois casos existe a figura chave de um empreendedor institucional que mudou as regras do jogo. Portanto, pode-se ratificar que a inovação social e o empreendedorismo institucional são impulsionadoras da mudança institucional em ambientes que possuem oportunidades sociais, conforme evidenciado na figura 1:

Figura 1: Relação entre os constructos



Fonte: Elaborada pela autora (2020)

Portanto, entende-se que há um fio condutor entre o empreendedorismo institucional e a Inovação social, promovendo a mudança institucional, e o empreendedor institucional é o ator chave que faz a engrenagem girar, ou seja, tais constructos trabalham juntos para mudar as regras do jogo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O argumento central deste ensaio teórico foi de que o empreendedorismo institucional e a inovação social são constructos propulsores da mudança institucional, e ambos os constructos tem como elemento chave o empreendedor institucional, que age intencionalmente com o intuito de modificar ou criar instituições. Buscando contribuir com o debate acerca destes constructos, este ensaio teórico realizou uma reflexão para identificar o que a literatura diz a respeito da mudança institucional, empreendedorismo institucional, inovação social e o empreendedor institucional.

Foi possível perceber que com relação a mudança institucional, que ela é considerada como uma estratégia para que empresas sobrevivam diante cenários de crise, períodos estes que ocorre uma desinstitucionalização e reinstitucionalização em campos institucionalizados. Ficou demonstrado também que as instituições mudam quando as disfunções superam as contribuições ou quando a instituição não consegue desempenhar, adequadamente, as tarefas para as quais foi criada (TOLBERT; ZUCKER, 1999). Portanto, desenvolver a percepção das mudanças do ambiente e ser capaz de elaborar estratégias que permitam a adaptação da organização às contingências do meio, são requisitos fundamentais dos gestores para promover processos de mudanças estratégicas nas organizações.

No que condiz ao constructo da inovação social, este ensaio demonstrou que ela busca solucionar problemas dentro de um contexto de grandes vazios institucionais (AGOSTINI, 2017). Ficou evidente também que a IS é de uma importância capital para o desenvolvimento econômico e sustentável da localidade onde são implementadas, contribuindo também para o desenvolvimento da economia. Com relação a seus resultados, o ensaio demonstrou que ela acarreta em novas relações sociais entre indivíduos e grupos anteriormente separados, contribuindo para a difusão e a perpetuação da inovação e alimentando novas soluções sociais.

Tem como função primordial à resolução de problemas sociais, que são deixados de lado pelas políticas públicas e pelas ações dos componentes da sociedade em geral.

Com relação aos constructos empreendedorismo institucional e empreendedor institucional foi possível evidenciar que o EI consiste em uma mudança no campo institucional provocada deliberadamente por atores, e que é caracterizado pelas ações de atores intencionais e que são responsáveis por impulsionar recursos para criar novas instituições ou transformar aquelas existentes (BATTILANA, 2006). Por sua vez os empreendedores institucionais são aqueles que possuem um papel estratégico para decidir quando se distanciar das pressões institucionais ou atuar estrategicamente rumo a heterogeneidade. Para tomar essa decisão esses atores chaves interpretam o contexto que estão inseridos e decidem se devem manter o *status quo*, ou proporcionar rupturas mediante uma mudança institucional. Portanto são considerados atores chaves que mudarão as regras do jogo.

Diante disso, o ensaio demonstrou que implementar o empreendedorismo e inovações sociais se torna necessário para promover mudanças institucionais. Ainda, demonstrou que a implementação da inovação social requer mudança institucional, além de ações estratégicas por parte dos inovadores sociais, ou seja, dos empreendedores institucionais que tem o poder de mudar as regras do jogo e transformar uma realidade.

Com base no exposto, esta temática não só demanda maior exploração teórico-empírica como pode trazer várias contribuições para o entendimento da dinâmica da mudança institucional. A principal contribuição deste ensaio teórico foi a tentativa de aproximação das temáticas: inovação social e o empreendedorismo institucional, relacionando com a mudança institucional, uma vez que tanto o empreendedorismo institucional quanto a inovação social podem ser propulsoras da mudança em ambientes com vulnerabilidades sociais e com grandes vazios institucionais causados por omissão do poder público ou sociedade. Ainda contribui no sentido de apontar o empreendedor institucional como o ator chave para provocar as mudanças que transformarão socialmente as localidades em vulnerabilidade social. Uma outra contribuição é com relação a tentativa de ajudar a elucidar a lacuna existente quanto uma definição sobre inovação social.

Com relação a contribuição prática ente ensaio almeja estimular os empreendedores institucionais, sejam eles indivíduos, ONGs, cooperativas, a analisar o ambiente que estão inseridos e tentar encontrar solução para os diversos problemas sociais que podem existir. Pois sabendo do seu poder agêntico, esse ator terá mais confiança para propor inovações sociais com vistas a mudança da realidade.

Como sugestão para estudos futuros é possível indicar a realização de trabalhos que busquem efetuar verificação empírica das temáticas apresentadas no presente ensaio. Por exemplo, verificar as mudanças ocorridas em uma instituição, e quanto das mudanças institucionais tiveram participação ativa dos empreendedores institucionais.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, M. R.; VIEIRA, L. M.; TONDOLO, R. DA R. P.; TONDOLO, V. A. G. An Overview On Social Innovation Research: Guiding Future Studies. **B. B. R.**, v. 14, n. 4, p. 385-402, 2017.
- AVRICHIR, I.; CHUEKE, G.V. Empreendedorismo institucional: uma análise de caso no setor de energia elétrica brasileiro. **Rev. Adm. Mackenzie**, v. 12, n. 6, p. 140-164, 2011.
- BATTILANA, J. Agency and institutions: The enabling role of individuals' social position. **Organization**, v. 13, n. 5, p. 653-676, 2006.
- BATTILANA, J. LECA, B.; BOXENBAUM, E. 2 how actors change institutions: towards a theory of institutional entrepreneurship. **Academy of Management annals**, v. 3, n. 1, p. 65-107, 2009.
- BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por idéias, tendências e focos de pesquisa. *Revista das Ciências Sociais, São Leopoldo*, v. 47, n. 1, p. 3-14. 2011.

CLOUTIER, J. Qu'est-ce que l'innovation sociale? **Crises**, 2003. Disponível em: www.crisis.uqam.ca. Acesso em: 28/08/2020.

COCCIA, M. An introduction to the theories of institutional change. **Journal of Economic Surveys**, [S.l.], v. 5, n. 4, p. 337-344, 2018.

DACIN, M.T.; GOODSTEIN, J.; SCOTT, W.R. Institutional theory and institutional change: Introduction to the special research forum. **Academy of Management Journal**, v.45, n.1, p.45-57, 2002.

DIMAGGIO, P. J. Interest and agency in institutional theory. In: ZUCKER, L. (Ed.) **Institutional Patterns and Organizations**. Cambridge, MA: Ballinger, 1988.

FARFUS, D. **Empreendedorismo social e desenvolvimento local: um estudo de caso no SESI Paraná**; [s.l.] Curitiba: UNIFAE, 2008. (Dissertação, Mestrado em Organizações e Desenvolvimento), Centro Universitário Franciscano do Paraná, 2008.

FURNARI, S. Institutional fields as linked arenas: Inter-field resource dependence, institutional work and institutional change. **Human Relations**, v. 69, n. 3, p. 551-580, 2016.

GARUD, R.; HARDY, C.; MAGUIRE, S. Institutional entrepreneurship as embedded agency: An introduction to the special issue. **Organization Studies**, n. 28, v 7. p. 957-969, 2007.

HOWALDT, J.; SCHWARZ, M. Social Innovation: Concepts, research fields and international trends. Trend Study of the International Monitoring Project (IMO), 2010.

JENSEN, P. H.; FERSCH, B. Institutional Entrepreneurs and Social Innovation in Danish Senior Care. **Administration & Society**, v. 54, n. 2, p. 250-271, 2016.

LAWRENCE, T.; SUDDABY, R.; LECA, B. Introduction: theorizing and studying institutional work. In: LAWRENCE, T.; SUDDABY, R. LECA, B. (Eds.) **Institutional work: actors and agency in institutional studies of organizations**. Cambridge, p. 1-27, 2009.

LÉVESQUE, B. Le potentiel d'innovation et de transformation de l'économie sociale: quelques éléments de problématique. Québec: CRISES, 2006.

MEHMOOD, A.; CONSTANZA, P. Social innovation in an unsustainable world. In: MOULAERT, F.; MACCALLUM, D.; MEHMOOD, A.; HAMDOUCH, A. (eds.). **The International Handbook on Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary**. Edward Elgar Publishing, p. 53-65, 2013.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, p. 320-332, 2011.

MULGAN, G.; TUCKER, S.; ALI R.; SANDERS, B. Social Innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated. London: The Basingstoke Press, 2007.

OLIVER, C. The Antecedents of Deinstitutionalization. **Organization Studies**. v. 13, n. 4, p. 563-588, 1992.

PASTORAL DA CRIANÇA. **Alimentação enriquecida alguns cuidados importantes**. 2019. Disponível em: <https://www.pastoraldacrianca.org.br/noticias2/244-alimentacao-enriquecida-alguns-cuidados-importantes>. Acesso em: 28 Agosto de 2020.

SCOTT, W.R. **Institutions and Organizations: Ideas, Interest** (3rd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2014.

SEO, M. G.; CREED, W.E.D. Institutional contradictions, praxis, and institutional change: a dialectical perspective. **Academy of Management Review**. v. 27, n. 2, p.222-247, 2002.

TAYLOR, J. Introducing Social Innovation. **The Journal of Applied Behavioral Science**, v. 6, n.6, p. 69-77, 1970.

TOLBERT, P.; ZUCKER, L.A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. **Handbook de Estudos Organizacionais**, v.1. São Paulo: Atlas, 1999.

WESTLEY, F.; PATTON, M. Q.; ZIMMERMAN, B. Getting to maybe: how the world is changed. Toronto: Random House Canada, (2014).